



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

OFÍCIO CEDIND/SEDS DH nº 017/2023

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2023.

À

Exma. Sra.

Professora Roberta Barreto

Secretária Estadual de Educação

SEEDUC Secretaria Estadual de Educação

Governo do Estado do Rio de Janeiro

O **Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro (CEDIND-RJ)**, vinculado a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDS DH), cumprindo sua missão institucional de zelar pelos direitos e bem-estar da população indígena no Estado do Rio de Janeiro, **vem solicitar uma reunião de urgência com a professora Roberta Barreto, secretária de educação do Rio de Janeiro, e com integrantes da equipe responsável pela Educação Escolar Indígena desta Secretaria**, haja vista a enorme precariedade da Educação Escolar Indígena em nosso estado, tendo uma única escola estadual existente em território Guarani no estado sediada em Bracuí, Angra dos Reis e com “salas de extensão” ainda mais precárias nas três escolas indígenas que atendem também precariamente as aldeias Guarani de Paraty, e pela necessidade de assegurar os direitos dos povos originários garantidos pela Constituição de 1988 no país.

A partir de reuniões de Oitiva, com a presença do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública do Estado (DPE) realizadas neste mês de março com os caciques e principais lideranças de todas as oito aldeias Guarani e Pataxó de nosso estado, o CEDIND-RJ solicita este encontro para discutir melhorias com a equipe de educação diferenciada da SEEDUC e colaborar no encaminhamento de soluções a curto, médio e longo prazo nas seguintes questões:

- **Ampliação e reforma do Colégio Estadual Indígena Guarani Karai Kuery Renda da Aldeia Guarani Mbyá de Sapukai, situada em Bracuí, Angra dos Reis** e criação de escolas formais nas demais quatro aldeias Guarani e Pataxó que existem em Paraty.
 - Justificativa: as instalações onde funciona a escola foi construída por uma Organização Não Governamental (ONG alemã) há mais de trinta anos, tendo sido estadualizada há mais de uma década e, até hoje, a SEEDUC-RJ nunca realizou as reformas e ampliação extremamente necessárias na estrutura do edifício para acolher adequadamente a população escolar da Aldeia Sapukai que tem centenas de crianças e jovens em idade escolar e que são atendidas precariamente por esta instituição escolar. Vale ressaltar as más condições das salas localizadas na escola da Aldeia Sapukai que tem a maior população aldeada do estado com mais de 500 indígenas, a grande maioria crianças e jovens, assim como as “salas de extensão” nas aldeias de Paraty, que também não possuem condições adequadas para garantir a qualidade educativa exigida de direito por essa população indígena vulnerável e representa um grave risco para o futuro dessas crianças e jovens matriculados nessas escolas e podem comprometer seus sonhos e sua capacidade de atuar no



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

mercado de trabalho por falta de uma educação adequada. Cabe ressaltar ainda que essa situação gera grande frustração e desestímulo aos profissionais de educação que lá atuam por falta das ferramentas mínimas necessárias para cumprir sua nobre missão de educadores.

- Dentro do mesmo objetivo de melhorar a qualidade de ensino nas aldeias indígenas do estado do Rio e dotar as escolas públicas estaduais das aldeias do Rio de Janeiro da estrutura física e recursos materiais, humanos e orçamentários necessários ao cumprimento de sua missão educacional, o CEDIND-RJ vem formalizar o pedido que as escolas em todas as aldeias indígenas de Paraty de responsabilidade da SEEDUC sejam transformadas a curto prazo em “escola ou colégio estadual” com equipe escolar completa e pessoal de apoio na merenda escolar, serviços de limpeza e diretor próprios e não continuem sendo apenas “salas de extensão”, como se fossem um “puxadinho” do colégio da Aldeia de Sapukai
- **Criação do cargo de “Professor Indígena”** e dos quadros complementares como educadores indígenas, professores da cultura e da língua Guarani, auxiliares de ensino, merendeiras e pessoal de limpeza para as escolas indígenas no plano de cargos e salários da SEEDUC para atuar nas escolas estaduais e nas atuais “salas de extensão” que existem nas sete aldeias indígenas nos municípios de Paraty (4), Angra dos Reis (1) e Maricá (2).
 - Justificativa: a inexistência deste cargo na estrutura formal da SEEDUC impede a realização de concursos específicos para contratação de professores indígenas, educadores e auxiliares de ensino falantes da língua Guarani das aldeias do Rio de Janeiro e ainda que tenham garantida sua continuidade de carreira como os demais profissionais da rede de educação do Estado. Na situação atual, os “professores” e educadores indígenas falantes da língua Guarani têm de ser contratados em regime de contratos temporários o que implica em descontinuidade pedagógica, desmotivação e insegurança pois as normas que regem este tipo de contratação obrigam que sejam demitidos a cada dois anos. Além disso, esses profissionais de educação, merendeiras e pessoal de apoio que atuam nas escolas indígenas recebem uma remuneração irrisória, atualmente na faixa de 800,00 ou 900,00 mensais, sem contar com os benefícios trabalhistas a que deveriam ter direito e sem quaisquer perspectivas de carreira enquanto professores e profissionais de educação indígena do Estado do Rio de Janeiro.
- **Acesso às informações sobre recursos destinados ao desenvolvimento da educação escolar indígena no estado do Rio de Janeiro**
 - Justificativa: estudantes indígenas recebem valor diferenciado para justamente acompanhar e garantir a melhor qualidade da educação escolar desenvolvida no contexto das aldeias de nosso estado. Para que esse direito seja efetivamente garantido, é preciso que a comunidade escolar, inclusive os pais e alunos, possam conhecer o valor recebido e destinado pela SEEDUC com referência aos estudantes indígenas matriculados em sua rede.



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ

- Também gostaríamos de ter acesso às informações quanto aos recursos destinados às escolas e salas de extensão nas aldeias para que as comunidades indígenas possam saber e avaliar o destino e a aplicação dos recursos a elas destinadas pela SEEDUC. Quanto a isso, apesar do CEDIND já ter solicitado aos representantes da secretaria no Conselho os informes dos recursos alocados a educação escolar indígena, jamais recebemos retorno. Lembramos que conforme determina a Convenção 169 da OIT, Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, as comunidades indígenas tem direito a consulta prévia com relação a quaisquer iniciativas que afetem seu bem-estar e modo de vida tradicional.

□ **Curso de Ensino Médio voltado especificamente para estudantes indígenas como exige o Ministério Público Federal**

- Justificativa: através de parceria com universidades públicas de nosso estado (UFF/UERJ/UNIRIO) e por exigência do Ministério Público Federal, a SEEDUC-RJ desenvolve um curso de Magistério Indígena em Angra dos Reis, atendendo a população Guarani que por demanda dos caciques e lideranças das aldeias precisa ser revisto e oferecido também no município de Paraty, pois é inviável os alunos das aldeias de Paraty terem de deslocar-se diariamente mais de 100 km até Angra, a fim de assistir as aulas presenciais. Recentemente, o Ministério Público Federal deu novo parecer favorável à demanda - instituída pelas comunidades Guarani - da continuidade e ampliação dessa oferta de cursos de Ensino Médio voltados aos jovens indígenas aldeados presentes no estado do Rio de Janeiro.

Neste contexto, o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro (CEDIND-RJ) coloca à disposição da SEEDUC sua Comissão de Educação e Cultura para realizar esta reunião com a presença dos caciques de todas as aldeias indígenas do Estado do Rio, com vistas a discutir a precária situação atual e, em consenso e parceria com as equipes da SEEDUC afetas a esses temas, encaminhar soluções concretas para os assuntos pautados neste ofício que são prioritários para essas comunidades indígenas vulneráveis que somam uma população com mais de 1.000 (mil) indígenas, grande parte da qual é constituída por crianças e jovens Guarani e Pataxó, em idade escolar, e que tire o Estado do Rio de Janeiro da atual situação vexatória de ter um dos piores índices de qualidade da educação escolar indígena de todo o Brasil.

Ficamos no aguardo de sua sugestão de agenda para uma reunião presencial e aproveitamos para enviar nossos sinceros votos de estima e consideração.

Cordialmente,

Carlos A. F. Machado Tukano
Presidente dos Indígenas em Contexto Urbano.

Nino Verá Benite da Silva
Presidente dos Indígenas Aldeados